

PANORAMA AGU

2014





Ed. Sede I - Setor de Autarquias Sul - Quadra 3 - Lote 5/6
Ed. Multi Brasil Corporate - Brasília-DF - CEP 70.070-030
Fones: (61) 2026-9202 / 2026-9712

Ed. Sede II - Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 6 - Lote 800
Brasília-DF - CEP 70.610-460
Fones: (61) 2026-7709 / 2026-7807

PANORAMA AGU

2014



EXPEDIENTE DA AGU

Luís Inácio Lucena Adams
Advogado-Geral da União

Fernando Luiz Albuquerque Faria
Advogado-Geral da União Substituto
Secretário-Geral de Consultoria

Paulo Henrique Kuhn
Procurador-Geral da União

Marcelo de Siqueira Freitas
Procurador-Geral Federal

Adriana Queiroz de Carvalho
Procuradora-Geral da Fazenda Nacional

Isaac Sidney Menezes Ferreira
Procurador-Geral do Banco Central

Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy
Consultor-Geral da União

Grace Maria Fernandes Mendonça
Secretária-Geral de Contencioso

Ademar Passos Veiga
Corregedor-Geral da Advocacia da União

Rosângela Silveira de Oliveira
Adjunta do Advogado-Geral da União

Ana Paula Passos Severo
Adjunta do Advogado-Geral da União

Mariana Rodrigues Silva Melo
Ouvidora da Advocacia-Geral da União

Gildenora Batista Dantas Milhomem
Secretária-Geral de Administração

Juliana Sahione Mayrink Neiva
Diretora da Escola da AGU

Hebe Teixeira Romano Pereira da Silva
Chefe de Gabinete do Advogado-Geral da União

Adão Paulo Martins de Oliveira
Chefe da Assessoria de Comunicação

Nilson Karoll Mendes
Chefe da Assessoria Parlamentar

ÍNDICE

Apresentação	8
AGU em números.....	11
Informações temáticas	15
Energia elétrica, aviação e transportes	16
Povos indígenas, comunidades quilombolas e reforma agrária	18
Regras eleitorais, normas legais e controle	20
Servidor público, ações trabalhistas e Previdência Social	22
Transparência, investimentos e novas instalações	24
Atuação internacional, sistema financeiro e tributos	26
Educação, saúde e meio ambiente	28
Conciliação, consultoria e assessoramento	30
Patrimônio, habitação e combate à corrupção	32
Informações setoriais	35
PGU	36
PGF	38
PGFN.....	40
PGBC.....	42
CGU	44
SGCT.....	46
CGAU	48
SGCS	50
GAB	52
SGA.....	54
DGE	56
EAGU	58
OAGU	60
ASCOM	62
ASPAR	64

APRESENTAÇÃO

A Advocacia-Geral da União (AGU) demonstrou em 2014 ser peça fundamental na garantia da proteção do patrimônio público e do desenvolvimento do país. Por meio da incansável dedicação de mais de 12 mil advogados e servidores administrativos, a Instituição não só promove segurança jurídica às iniciativas da Administração Pública, como aperfeiçoa novas ferramentas que, em última instância, contribuem para uma maior Transparência, Justiça e Democracia ao Brasil.

O leitor perceberá nas próximas páginas deste Panorama 2014 que tais conquistas resultaram na economia e arrecadação de R\$ 625 bilhões aos cofres públicos, a partir de atuações que evitaram a condenação indevida da União e estimularam a realização de conciliações em todo país. Esses valores envolvem a Administração Direta, autarquias e fundações, além da Fazenda Nacional e do Banco Central.

A AGU também planejou estratégias jurídicas e empreendeu iniciativas importantes, como o plantão judicial para assegurar a realização do Enem, a legalidade do programa Mais Médicos para o Brasil, o ajuizamento de 389 ações regressivas para ressarcimento ao INSS de mais de R\$ 70 milhões, além de evitar greves abusivas e manter o funcionamento de aeroportos, da Justiça Eleitoral e de outros setores essenciais durante a Copa do Mundo e as Eleições.

A defesa do patrimônio público permaneceu entre as prioridades da AGU em 2014. Ao longo do ano, a Instituição propôs 1.546 ações para ressarcir R\$ 1,4 bilhão ao Erário. A Advocacia-Geral também conseguiu, na Justiça, cerca de 500 decisões favoráveis ao bloqueio e penhora de bens de envolvidos no desvio de verbas públicas. Somente no Dia Internacional de Combate à Corrupção, a AGU promoveu o ajuizamento em massa de 95 ações para recuperar R\$ 103 milhões desviados de autarquias e fundações federais.

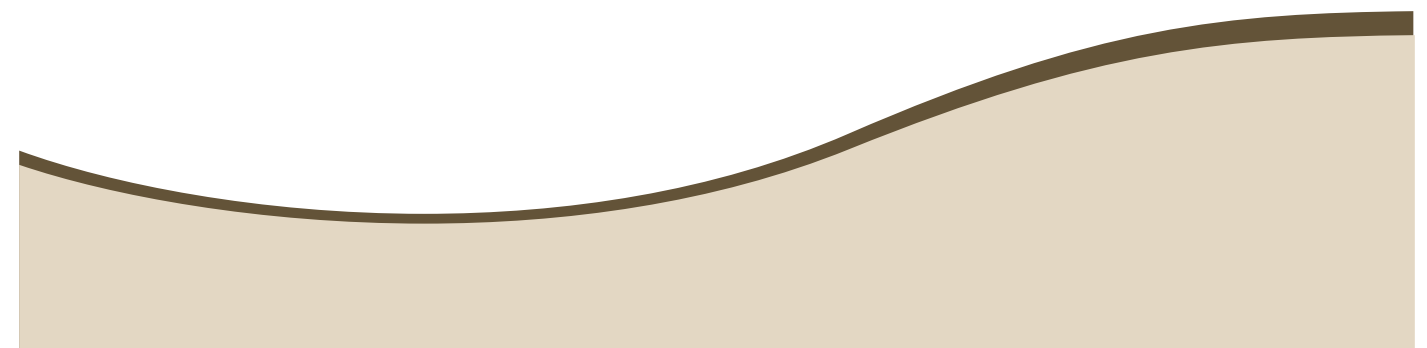
Em 2014, a atuação internacional da AGU esteve em evidência, com o pedido de extradição de condenados por crimes de corrupção no Brasil, como Henrique Pizzolato, e a repatriação de uma esmeralda brasileira de 400 quilos. Questões indígenas, quilombolas e agrárias requereram atenção especial, seja garantindo a posse de terras tradicionalmente ocupadas por negros e índios, seja retirando invasores de áreas protegidas.

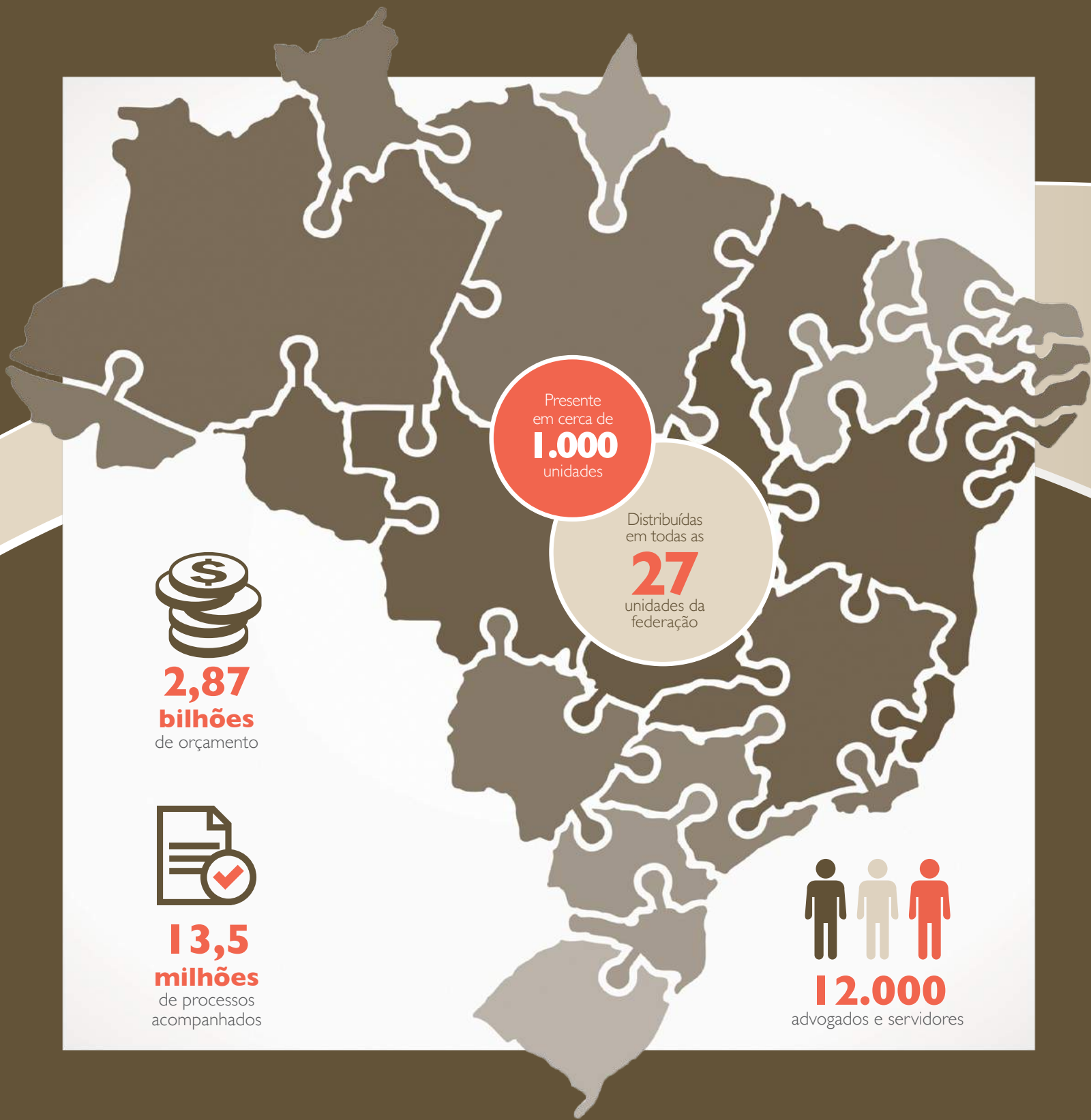
Essas e outras conquistas listadas neste documento são fruto da maturidade e do fortalecimento alcançados pela Advocacia-Geral da União nesses 22 anos de existência. Em 2015, a AGU manterá o foco nos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sempre buscando a segurança jurídica das políticas públicas e a defesa dos interesses da sociedade. Boa leitura!

Luís Inácio Adams
Advogado-Geral da União



AGU EM NÚMEROS





ADMINISTRAÇÃO DIRETA

R\$ 24,4 bilhões economizados

R\$ 171 milhões arrecadados

AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ 54 bilhões economizados

R\$ 9,43 bilhões arrecadados

FAZENDA NACIONAL

R\$ 511,9 bilhões economizados

R\$ 20,6 bilhões arrecadados

BANCO CENTRAL

R\$ 325,5 milhões economizados

R\$ 5,02 bilhões arrecadados

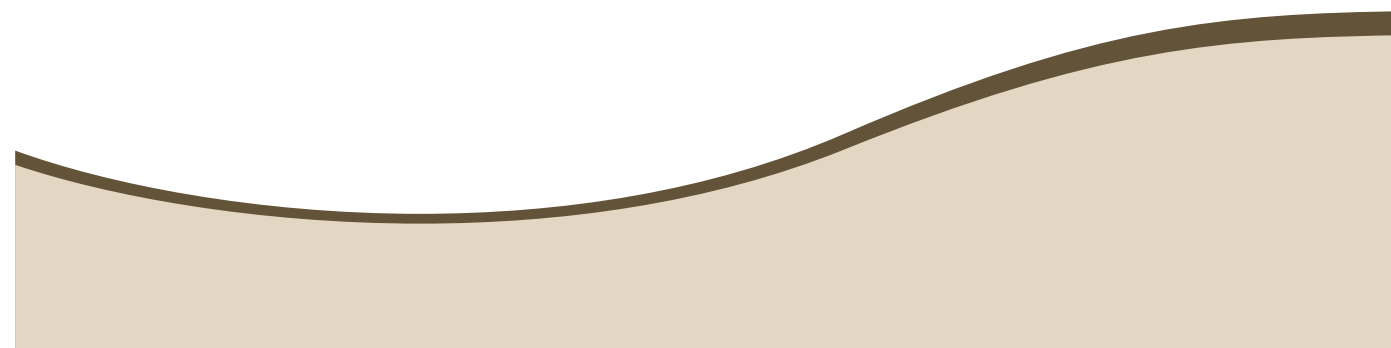
R\$ 590,62 bilhões economizados

R\$ 35,22 bilhões arrecadados

R\$ 625,84 bilhões total



INFORMAÇÕES TEMÁTICAS





ENERGIA ELÉTRICA, AVIAÇÃO E TRANSPORTES

As infraestruturas de transporte, de produção e de transmissão de energia elétrica são fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. A produção industrial e agrícola, o escoamento das importações e exportações, a distribuição de produtos para o mercado interno e o traslado de passageiros são essenciais para o progresso do país.

Em 2014, a AGU atuou em defesa das políticas públicas em prol do abastecimento energético às famílias e empresas brasileiras, e da criação de empregos diretos e indiretos. Como exemplos, a aplicação do novo marco regulatório do setor elétrico e a confirmação da legalidade dos leilões de usinas hidrelétricas e linhas de transmissão em todo o país.

A Advocacia-Geral assegurou a realização de obras de construção, expansão e manutenção de portos, rodovias e aeroportos, bem como o cumprimento de normas, como a que concede passagens interestaduais gratuitas aos idosos.

Porto de Santos – Referendada pelo plenário do STF decisão que determinou a suspensão de lei editada pelo município de Santos (SP) referente à atividade portuária naquela localidade, por invasão da competência legislativa da União para regular o tema.

Aeroportos do Rio na Copa – Obtida decisão judicial que impediu piquetes e bloqueios nos aeroportos do Rio de Janeiro, evitando que aviários prejudicassem o acesso aos terminais durante o mundial.

Licença ambiental – Comprovada a validade de licenciamento ambiental do maior projeto portuário em curso no país, o Porto Sul, em Ilhéus (BA).

Energia – Acompanhamento do leilão das linhas de transmissão da UHE Belo Monte e outras, garantindo investimentos de R\$ 9,4 bilhões. Também foi assegurado, no STJ a cobrança de R\$ 594 milhões contra a empresa responsável pela UHE de Santo Antônio (RO) por atraso no fornecimento de energia. A AGU evitou que o valor fosse repassado indevidamente ao consumidor.

Infraestrutura – Afastada ação da Celg contra a MP nº 579/2012 e a Aneel, o que garantiu a aplicação do novo marco regulatório do setor energético na prorrogação de contratos de concessão de geração de energia elétrica.

Idosos – Confirmada a gratuidade de passagens de ônibus interestaduais para idosos.

Rodovias – Decisão judicial comprovou a regularidade do licenciamento ambiental da obra de duplicação da BR-101, em Santa Catarina. Respaldo jurídico ao leilão da BR-153, com investimentos previstos de R\$ 4,3 bilhões em Tocantins e Goiás.



POVOS INDÍGENAS, COMUNIDADES QUILOMBOLAS E REFORMA AGRÁRIA

A preservação da cultura e a posse de terras tradicionalmente ocupadas por índios e quilombolas estão asseguradas na Constituição Federal. O trabalho desenvolvido na Advocacia-Geral da União tem contribuído diretamente na proteção de direitos desses povos, na resolução de conflitos e na busca de acordos para preservação da identidade das comunidades.

A atuação de advogados, procuradores e servidores resultou em vitórias judiciais que garantiram, por exemplo, a posse de terra ocupada pela comunidade quilombola de Kalunga (GO) e a retirada de invasores de áreas indígenas.

A defesa da posse e do direito à terra também é realizada em programas de reforma agrária. Em 2014, a AGU emitiu, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, portaria que regulariza a destinação de imóveis penhorados pelo Estado para assentamentos.

Legislação – Publicada portaria conjunta da AGU e MDA que regula os processos de adjudicação de imóveis rurais penhorados em ações judiciais de execução propostas pela União ou por autarquias e fundações públicas federais, visando sua destinação para fins de reforma agrária.

Kalunga – Assegurada posse de imóvel localizado no território pertencente à comunidade quilombola de Kalunga, em Monte Alegre de Goiás (GO). A Justiça determinou a retirada de invasor que ocupava a área.

Yanomami – Garantida a retirada de não-índios da Terra Indígena Yanomami, em Roraima.

Marambaia – Assinado Termo de Ajustamento de Conduta que permitiu a titulação conjunta da ilha de Marambaia (RJ) entre a Marinha do Brasil e comunidades quilombolas da região.

Preservação nas aldeias – Ajuizadas 47 ações para a recuperação de 26 mil hectares de floresta amazônica na Terra Indígena Maraiwatsede. Em caso de descumprimento, os desmatadores podem pagar até R\$ 150 milhões de indenização.

Reforma agrária – Demonstrada validade de desapropriação de 532 hectares na zona rural de Mogi das Cruzes (SP), para fins de reforma agrária. O imóvel havia sido destinado a pequenos agricultores que ocupam a área há mais de 30 anos.

Jatavyary – Mantida no STJ a legalidade de portaria do Governo Federal que reconhece a terra indígena Jatavyary, do povo Kaiowá, em Ponta Porã (MS).

Demarcação – Confirmada delimitação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença (BA).

Macambira – Obtida reintegração de posse de 2,6 mil hectares no Rio Grande do Norte à comunidade quilombola Macambira.

Jacaré dos Pretos – Comprovado que as terras remanescentes do quilombo de "Jacaré dos Pretos", em Nossa Senhora do Livramento (MT), estão em área tradicionalmente ocupada.



REGRAS ELEITORAIS, NORMAS LEGAIS E CONTROLE

Garantir o cumprimento das normas brasileiras e a segurança jurídica de políticas públicas são funções desempenhadas pela AGU. Em 2014, os desafios incluíram Copa do Mundo e eleições.

A Advocacia-Geral confirmou a constitucionalidade da Lei Geral da Copa, esclareceu as regras eleitorais e evitou que candidatos tivessem vantagens indevidas. Além disso, em parceria com outros órgãos públicos, a AGU editou a cartilha “Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Eleições”, atualizada para o pleito de 2014.

Assegurar o cumprimento das normas prevê, ainda, o combate às irregularidades envolvendo os cofres públicos, como no ajuizamento em massa de 95 ações judiciais no Dia Internacional de Combate à Corrupção.

Liberdade de Expressão,
Eleições e
Democracia

Realização

PALAVRA
ABERTA

Apoio institucional

CÂMERA DOS
DEPUTADOS

Apoio

ANP

ANER

ANU

ANU

Inadimplência – Orientação sobre a uniformização de procedimentos para o registro de inadimplência de estados e municípios em cadastros federais, bem como sua suspensão nas hipóteses especialíssimas previstas em Lei.

Copa – Garantida a constitucionalidade da Lei Geral da Copa, que instituiu as condições jurídicas e administrativas para a realização da Copa do Mundo, da Copa das Confederações e da Jornada Mundial da Juventude.

Incentivos fiscais – Parecer comprova a legalidade da concessão, manutenção ou ampliação de benefícios fiscais em ano eleitoral, desde que amparada por estudo técnico que ateste a necessidade.

Correição eletrônica – Consolidada implantação da correição eletrônica nos processos judiciais. Maior agilidade aos procedimentos e redução de custos de deslocamentos da Correedoria a outros estados.

Licitações e contratos – Assessoria jurídica no projeto de lei que moderniza as normas para licitações e contratos da Administração Pública.

Preservação institucional – Proibição aos candidatos de usarem nomes de entidades e órgãos públicos nas eleições.

Rastreamento – Início do uso do Simba, sistema que permite monitorar com mais agilidade operações financeiras de contas bancárias que tiveram o sigilo quebrado pela Justiça.

Mercado de trabalho – Parecer atesta que microempresa com até seis funcionários pode contratar aprendiz.

Horário eleitoral – Defesa das normas que estabelecem a divisão do tempo do horário eleitoral gratuito no rádio e na TV.

Greves – Obtida liminar proibindo paralisação de servidores da Justiça Eleitoral durante as eleições, bem como de policiais federais e auditores da Receita Federal na Copa do Mundo.

Código de Conduta – Coordenação da elaboração e divulgação da cartilha sobre Condutas Vedadas aos Agentes Públicos Federais em Eleições, bem como de esclarecimentos acerca da legislação eleitoral com a realização de 12 palestras sobre o assunto.

Fiscalização – Proposta a inclusão de cláusula contratual que permita ao Estado acessar movimentação bancária de instituições e empresas que recebem repasse de verbas federais.



SERVIDOR PÚBLICO, AÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Com o intuito de assegurar o correto funcionamento da Administração Pública, a Advocacia-Geral da União defende a prestação continuada do serviço público à população e a segurança jurídica das decisões tomadas por servidores federais.

A garantia de que candidatos com escolaridade superior à exigida no edital tomem posse em cargos públicos foi apenas um dos exemplos de atuação no ano de 2014. Foi afastada, ainda, a possibilidade de que a posse precária, por meio de liminar, se tornasse definitiva. Em favor da população, a AGU obteve decisão que determinou o fim das paralisações de professores universitários e de servidores do Ministério da Cultura e do IBGE.

Os advogados públicos também estão atentos às normas referentes a benefícios previdenciários. O ajuizamento de 389 ações regressivas em defesa do INSS foi destaque no trabalho desenvolvido em 2014.

Contribuição previdenciária – Reconhecida, no STJ, a incidência de contribuição previdenciária sobre horas extras, adicional noturno, adicional de periculosidade, salário-maternidade, salário-paternidade e descanso semanal remunerado.

Segurança pública – Condenação de associações de policiais e bombeiros militares de Pernambuco ao ressarcimento dos cofres públicos em mais de R\$ 1,1 milhão pelos gastos com o deslocamento da Força Nacional de Segurança Pública e do Exército Brasileiro para garantir a lei e a ordem no estado durante greve da categoria.

Requerimento administrativo – Obtida decisão do STF reconhecendo a obrigatoriedade de prévio requerimento administrativo para concessão de benefícios previdenciários.

Concurso público – Reconhecida a possibilidade de candidatos com escolaridade superior à exigida no edital tomarem posse, desde que o cargo a ser preenchido seja de área correlata.

Ações Regressivas – Ajuizadas 389 ações para ressarcimento de R\$ 74,7 milhões ao INSS por gastos com benefícios a operários vítimas de acidentes em empresas que não cumpriram normas de segurança.

Nomeações – Fixado entendimento do STF de que decisão liminar não garante posse definitiva em cargo público, afastando a aplicação da teoria do fato consumado.

Concurso para cartórios – Assegurada constitucionalidade da realização de concurso público para o preenchimento da vaga de titular de cartórios de notas e de registros.

Aposentadoria especial – Garantida, no STJ, interpretação adotada pelo INSS sobre o nível de ruído que caracteriza o trabalho como tempo especial para fins previdenciários.

Capacitação – Realização de 12 ações de capacitação em Direito Previdenciário, com a participação de 312 membros e servidores da AGU e de órgãos parceiros.

Previdência Social – Defesa, no STF, da validade do prazo de 10 anos para o segurado requerer a revisão de benefício já concedido.

Greves – Suspensas paralisações de servidores da área da Cultura, do IBGE e de professores e técnicos de institutos federais de ensino e universidades.

Supersalários – Defesa da observância, por servidores e ocupantes interinos de cartórios, do teto remuneratório fixado na Constituição para todo o funcionalismo público.



TRANSPARÊNCIA, INVESTIMENTOS E NOVAS INSTALAÇÕES

A publicidade é um dos princípios constitucionais que regem a Administração Pública. Em função disso, a AGU presta contas à nação brasileira por meio da internet, do rádio e de publicações. Esses esforços foram reconhecidos pelo Prêmio Nacional de Comunicação & Justiça, concedido ao Programa AGU Brasil na categoria “rádio”.

A prática da comunicação integrada se estende às mídias sociais, com o objetivo de ampliar a transparência e a visibilidade da Advocacia-Geral.

O cidadão ainda pode acionar diretamente a Instituição por meio da Ouvidoria e da Lei de Acesso à Informação. A AGU também investiu na melhoria dos ambientes de trabalho, em novas instalações e na implantação de sistema de inteligência jurídica.

Sapiens – Implantado o sistema de processo eletrônico da AGU em 553 unidades.

Tecnologia da Informação – Inauguração do novo Datacenter, com 450 servidores virtuais e capacidade de armazenamento de 500 Terabytes, para ampliar os serviços e infraestrutura em TI das unidades da AGU.

Sistema de Informação de Custos (SICGov) – Implantado sistema de acompanhamento de gestão orçamentária e financeira nas cinco Superintendências de Administração nos Estados, possibilitando o levantamento das despesas das unidades da AGU em todo o Brasil.

GESPÚBLICA – Participação na composição no Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Dados públicos – Consultoria sobre a Lei nº 12.527/2011 no que diz respeito à revelação de dados de pessoa jurídica de direito público constantes no Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional, mantido pelo Banco Central.

Melhorias nas instalações – Em Belo Horizonte (MG), Boa Vista (RR), Criciúma (SC), Feira de Santana (BA), Ilhéus (BA), Macapá (AP), Novo Hamburgo (RS), Porto Velho (RO), Rio Branco (AC) e Salvador (BA).

Orçamento – Aprovação de duas emendas ao Orçamento 2015, com apoio de presidentes de comissões e líderes partidários.

Reconhecimento – Prêmio Nacional de Comunicação & Justiça para o Programa AGU Brasil, na categoria “programa de rádio”.

Minutas – Divulgação, no site da AGU, de minutas atualizadas de editais, contratos, convênios e *checklists*, além dos resultados dos trabalhos das Comissões Permanentes – Licitações e Contratos, Convênios, NESLIC e elaboração do Manual de Licitações e Contratos.

Sistema Registrato – Participação ativa nos estudos que viabilizaram o lançamento de sistema que permite ao cidadão consultar informações de seu interesse constantes em bases de dados do BC.

Escritório avançado – Inauguração do escritório avançado da Corregedoria na 4ª Região, em Porto Alegre (RS), com o objetivo de aumentar a eficiência da atuação correicional, disciplinar e de avaliação de desempenho de membros da AGU.

FOPS – Participação no Fórum de Ouvidorias Públicas com Pautas Sociais.

Anuário – Apoio na produção do 1º Anuário Brasileiro da Advocacia Pública Federal, lançado em abril de 2014.

Mídias sociais – Notícias no Facebook e Twitter da AGU são acompanhadas por mais de 235 mil pessoas diariamente.

Inauguração de novas instalações – Em Fortaleza (CE), Goiânia (GO), Niterói (RJ), São Luís (MA), Teresina (PI), Rio de Janeiro (RJ), Feira de Santana (BA), Novo Hamburgo (RS) e Campo Grande (MS).

Governo eletrônico – Revisão do banco de perguntas e respostas do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC).



ATUAÇÃO INTERNACIONAL, SISTEMA FINANCEIRO E TRIBUTOS

A Advocacia-Geral atua além das fronteiras nacionais para assegurar a aplicação das leis brasileiras e o ressarcimento aos cofres públicos. Pedidos de extradição de pessoas condenadas no Brasil e de repatriação da maior esmeralda do mundo foram algumas atuações de destaque da AGU no âmbito internacional.

Quantias milionárias foram questionadas judicialmente pela AGU, como o pagamento indevido de R\$ 20 milhões a título de planos econômicos a servidores da UFERSA.

Na área econômica, a AGU comprovou a validade das normas do Sistema Financeiro Nacional, mantendo no STF, entre outras decisões favoráveis, a exclusiva competência do Banco Central para apreciar aspectos concorrenciais.

Constitucionalidade da DRU – Assegurada, no STF, a desvinculação de 20% das receitas obtidas com a incidência de CSLL/PIS e Cofins sobre salários, conforme estabelecido pelas Emendas Constitucionais 27/2000 e 42/2003. A decisão evitou prejuízo de até R\$ 447 bilhões para a União.

Tráfico de drogas – Ajuizada ação, na Justiça italiana, buscando a extradição de holandês condenado pela Justiça brasileira a 20 anos de prisão.

Depósitos judiciais – Confirmada a incidência de IRPJ e CSLL sobre o valor referente à variação positiva da Taxa SELIC sobre depósitos judiciais, bem como sobre os juros incidentes na repetição do indébito tributário.

Planos econômicos – Evitado, no TST, o pagamento indevido de mais de R\$ 20 milhões aos servidores da UFERSA a título de indenização relativa a planos econômicos.

Alienação de Imóveis – Demonstrada a incidência de PIS e Cofins sobre as receitas financeiras de contratos de alienação de imóveis.

Banco dos Brics – Participação ativa no assessoramento jurídico para formulação e celebração do acordo internacional de criação do Arranjo Contingente de Reservas dos Brics.

Convenção de Haia – Garantido o cumprimento do acordo internacional em diversas ações em que crianças foram trazidas ilegalmente de seus países de residência habitual por um dos genitores.

Esmeralda Bahia – Requerida à Corte Superior de Los Angeles a extinção de ação sobre a propriedade da pedra de quase 400 quilos e sua posterior repatriação ao Brasil.

Instituto do Açúcar e do Alcool – Confirmado, no STF, que as contribuições são compatíveis com a Constituição Federal de 1998.

Competência exclusiva – Obtenção, no STF, de decisão favorável à competência exclusiva do Banco Central para apreciar aspectos concorrenciais e atos de fusão bancária no âmbito do Sistema Financeiro Nacional.

Pizzolato – Apresentado recurso à Corte de Cassações de Roma contra a decisão da Corte de Apelação de Bolonha de negar a extradição do ex-diretor de marketing do Banco do Brasil, condenado pelo STF na Ação Penal 470.

PIS e Cofins – Incidência sobre atos cooperativos com a garantia de economia de R\$ 64,93 bilhões para a União ao evitar que valores recolhidos pelas cooperativas tivessem que ser devolvidos. Decisão também assegurou arrecadação de R\$ 6,74 bilhões em 2014.



EDUCAÇÃO, SAÚDE E MEIO AMBIENTE

A proteção do meio ambiente e o acesso à educação e à saúde são direitos sociais previstos pela Constituição Federal. As políticas públicas implementadas com esses objetivos contam com o respaldo da AGU. Autonomia das universidades e Enem são exemplos de casos defendidos pelos advogados públicos.

Na saúde, a Advocacia-Geral garantiu a legalidade do programa Mais Médicos para o Brasil e antecipou em mais de dois anos a entrada em domínio público de medicamento usado para tratar a influenza A (H1N1).

Em 2014, a AGU também assegurou a aplicação da legislação ambiental, bloqueando R\$ 15 milhões de responsável pelo desmatamento de 2 mil hectares no Mato Grosso.

Enem – Realização de plantão judicial para impedir que ações judiciais atrapalhassem a aplicação das provas.

Instalações Eficientes e Sustentáveis – Avalia e acompanha as condições do imóvel, gestão de infraestrutura, gestão da logística, tecnologia da informação, gestão da documentação e informação, gestão administrativa e financeira e ações ambientais. A AGU conta com 196 prédios, nos quais estão instalados 64 escritórios de representação e 199 unidades.

Meio ambiente – Comprovada a legalidade do ato de condicionar o licenciamento de veículo ao pagamento de multa ambiental aplicada por transporte ilegal de madeira.

Sustentabilidade – Reaproveitamento de papéis para bloco de rascunho, reduzindo os gastos com material de expediente e os impactos ao meio ambiente.

Capacitação – Realização de 16 ações de capacitação em Direito Ambiental e Sustentabilidade, com a participação de 310 membros e servidores da AGU e de órgãos parceiros.

Trânsito – Manutenção de norma que conferiu nova redação à lei que trata do reembolso de despesas médico-hospitalares às vítimas de acidentes por meio do Seguro Obrigatório DPVAT.

Mais Médicos – Parecer atesta que profissionais do programa podem expedir atestados, requisitar exames, prescrever medicamentos e elaborar laudos.

Plano de Logística Sustentável – O PLS é uma ferramenta de planejamento da sustentabilidade de abrangência nacional e implantação gradativa que irá definir objetivos, responsabilidades, ações, indicadores, metas, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação, conscientização, capacitação e divulgação.

Desmatamento – Bloqueio de R\$ 15 milhões de infrator que desmatou 2 mil hectares em fazenda do Mato Grosso.

Licenciamento ambiental – Atuação conjunta à Funai, Iphan e Fundação Cultural Palmares no aprimoramento de normativos sobre licenciamento ambiental.

Projeto Esplanada Sustentável – Redução de R\$ 134 mil na despesa de água e esgoto.

H1N1 – Antecipada em mais de dois anos a entrada em domínio público do Tamiflu, medicamento usado para tratar a influenza A (H1N1), o que permitiu o surgimento de genéricos e a redução dos preços praticados.

AGU na Medida Certa – Mais de 100 servidores atendidos pelo Programa de Orientação Nutricional no Distrito Federal.

Tratamento de câncer – Assegurado o pregão realizado pela CNEN para adquirir iodo radioativo I25, utilizado no tratamento de câncer.

Pós-graduação – Reafirmada a necessidade de prévio reconhecimento do título de mestrado ou doutorado obtido no exterior para quaisquer fins.



CONCILIAÇÃO, CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO

A cultura de conciliação e de meios alternativos de solução de conflitos envolvendo a União tem sido uma das prioridades da AGU nos últimos anos.

Em 2014, a AGU abriu mão de recursos em mais de 20 mil ações judiciais envolvendo a Administração Direta, com economia de R\$ 15,8 milhões somente no Superior Tribunal de Justiça. Outro destaque foi a criação de câmaras locais de conciliação em todas as unidades da federação.

Na área de consultoria e assessoramento, a AGU atuou na elaboração do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, na criação do Manual de Instrução para Atividades de Consultorias Jurídicas da União nos Estados, na assessoria jurídica nos projetos de leis que tratam da modernização das normas de licitações e contratos do serviço público, e nas discussões dos projetos de leis sobre mediação e arbitragem que tramitam no Congresso Nacional.

Capacitação – Realização de quatro ações de capacitação em Conciliação, com a participação de 152 membros e servidores da AGU e de órgãos parceiros.

Acordos – Economizados R\$ 375 milhões em 105,7 mil acordos celebrados, especialmente em matéria previdenciária.

Conciliação – Instalação de câmaras locais de conciliação em todos os estados do país, com a capacitação de coordenadores para atuar em processos conciliatórios.

Redução de litígio – Extinção de 20.827 processos no STJ e nos Tribunais Regionais Federais, gerando uma economia de R\$ 15,8 milhões em custos administrativos para o STJ.

Apoio – Preparo do material para a composição do Kit do Advogado Consultivo.

Manual – Projeto de criação do Manual sobre Assessoramento Jurídico nas Consultorias Jurídicas da União nos Estados.

Centrais de Negociação – Realizadas mais de 11 mil conciliações em matéria de servidores públicos, com economia direta de mais de R\$ 70 milhões aos cofres públicos.

Avaliação de resultados – Instauração do projeto piloto dos Indicadores de Desempenho da Atividade Consultiva e criação do Grupo de Trabalho para mensurar a produtividade jurídica dos órgãos consultivos.

Lei Orgânica da AGU – Assessoria jurídica no projeto que altera a lei.

Defesa mínima – Ampliação do Banco de Orientações e Defesas Mínimas, criado para coordenar e racionalizar a atuação das unidades da Procuradoria-Geral da União.

Projeto Proteus – Implantação de força-tarefa para auxiliar as consultorias jurídicas junto aos ministérios e as assessorias jurídicas que atuam na Presidência de República.

ONGs – Assessoria jurídica na elaboração do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.



PATRIMÔNIO, HABITAÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO

Quando as verbas destinadas à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros não são aplicadas corretamente, a Advocacia-Geral atua para recuperar os recursos desviados, punir os envolvidos e proteger o patrimônio do Estado.

Entres os casos de maior repercussão, a AGU evitou que a construtora Mendes Junior retirasse R\$ 20 trilhões da União por supostos prejuízos na construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica (BA/PE). Além disso, impediu o pagamento de auxílio-moradia aos defensores públicos.

A Advocacia-Geral também obteve o bloqueio de quase R\$ 800 milhões em bens do “Comendador Arcanjo”, chefe da quadrilha condenada pela Justiça por lavagem de dinheiro no Mato Grosso.

Dia Internacional de Combate à Corrupção

– Ajuizamento em massa de 95 ações com expectativa de ressarcimento de R\$ 103 milhões aos cofres públicos.

Capacitação – Realização de sete ações de capacitação no tema combate à corrupção, com a participação de 385 membros e servidores da AGU e de órgãos parceiros.

Ressarcimento – Assegurada a penhora de bens das empresas do ex-deputado federal Wígberto Tartuce por dívidas de R\$ 29 milhões com o Tesouro Nacional.

Auxílio-moradia – Obtenção de liminar que suspende o pagamento do benefício aos defensores públicos federais, evitando gasto de R\$ 2,4 milhões por mês.

Sucroalcooleiras – Confirmada necessidade de perícia para determinar o exato prejuízo do setor causado pela fixação de preços pelo Instituto do Açúcar e do Alcool na década de 1990. A decisão alcançou 290 ações e evitou a saída de R\$ 107 bilhões do Erário.

Ocupações – Afastado o pedido de indenização que cobrava R\$ 226,5 milhões do Inkra e do Ibama por ocupações de imóveis rurais em Rondônia.

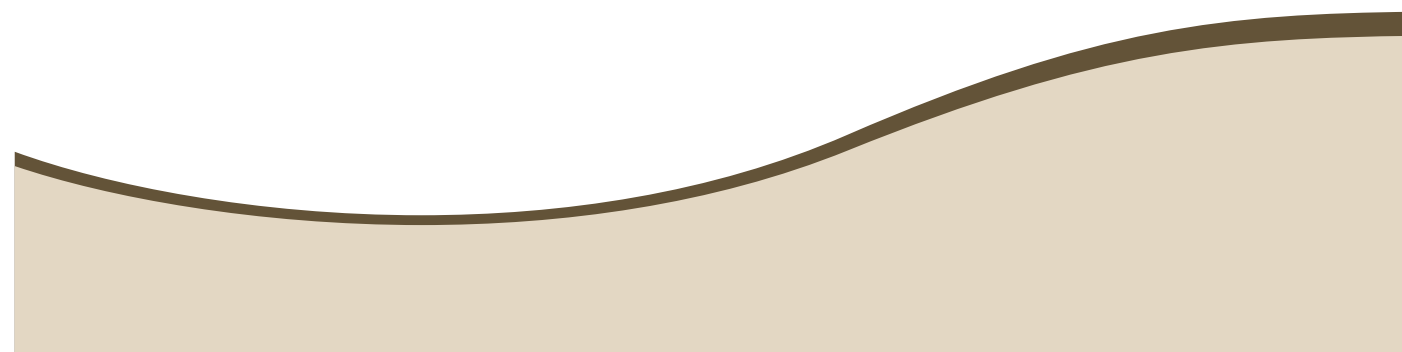
Controle de gastos – Parecer orienta a Administração Pública a descontar dos repasses às empresas terceirizadas valor de vale-transporte que não for requisitado por funcionários.

Chesf – Afastada indenização de R\$ 20 trilhões à construtora Mendes Júnior por supostos prejuízos na construção na Usina Hidrelétrica de Itaparica (BA/PE).

Combate ao crime – Bloqueio de R\$ 792,3 milhões em bens de quadrilha condenada por lavagem de dinheiro no Mato Grosso.

Condenação – Garantida a condenação de servidora que desviou R\$ 1,28 milhão do Ibama no estado de Goiás.

INFORMAÇÕES SETORIAIS



PGU PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

Representa judicialmente a União perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Tribunal Superior do Trabalho (TST), o Superior Tribunal Militar (STM), a Turma Nacional de Uniformização da Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais e respectivas instâncias inferiores, assim como assiste juridicamente a República em controvérsias perante tribunais internacionais e estrangeiros, ressalvada a atuação em matéria de natureza tributária e fiscal.

Eleições – Obtenção de liminar proibindo paralisação de servidores da Justiça Eleitoral, anunciada poucos dias antes da realização do primeiro turno.

Greves – Impedidas paralisações na Polícia Federal, Receita Federal e Ministério da Cultura durante a Copa do Mundo. Também foi obtido o bloqueio de bens de sindicatos por prejuízos causados à União nas greves de policiais militares de Pernambuco e Bahia.

Relações de trabalho – Reconhecida pelo TST a constitucionalidade do Sistema de Negociações Coletivas de Trabalho, no qual são depositadas eletronicamente mais de 33 mil acordos e convenções coletivas de trabalho.

Centrais de Negociação – Realizadas mais de 11 mil conciliações em matéria de servidores públicos, com economia direta de mais de R\$ 70 milhões aos cofres públicos.

Presídios – Demonstrado que a União não responde judicialmente por presídio de Porto Alegre (RS), administrado pelo governo estadual, em ações em que detentos pedem indenização alegando que cumpriam pena em ambiente degradante.

Infraestrutura – Afastada ação da Celg contra a MP nº 579/2012 e a Aneel, o que garantiu a aplicação do novo marco regulatório do setor energético na prorrogação de contratos de concessão de geração de energia elétrica.

Tarifas bancárias – Comprovado que era indevida a ação da Anustel (AL) que pedia a suspensão da cobrança de qualquer tarifa bancária aos associados da entidade. A reivindicação poderia ser estendida a todos os correntistas do país e provocar um impacto de R\$ 1 trilhão no sistema financeiro.

Auxílio-moradia – Obtenção de liminar que suspende o pagamento do benefício aos defensores públicos federais, evitando gasto de R\$ 2,4 milhões por mês.

Acordos – Realizados em 477 ações que discutiam o pagamento de créditos da União, com previsão de arrecadação no valor de R\$ 40,5 milhões.

Convenção de Haia – Garantido o cumprimento do acordo internacional em diversas ações em que crianças foram trazidas ilegalmente de seus países de residência habitual por um dos genitores.

Sucroalcooleiras – Confirmada necessidade de perícia para determinar o exato prejuízo do setor causado pela fixação de preços pelo Instituto do Açúcar e do Alcool na década de 1990. A decisão alcançou 290 ações e evitou a saída de R\$ 107 bilhões do Erário.

Rastreamento – Início do uso do Simba, sistema que permite monitorar com mais agilidade as operações de contas bancárias que tiveram o sigilo quebrado pela Justiça.

Esmeralda Bahia – Requerida, nos EUA, a extinção de ação sobre a propriedade da pedra incrustada com esmeraldas de quase 400 quilos e sua posterior repatriação ao Brasil.

Combate ao crime – Bloqueio de R\$ 792,3 milhões em bens de quadrilha condenada por lavagem de dinheiro no Mato Grosso.

Mais Médicos – Comprovada legalidade do registro provisório para atuação de profissionais estrangeiros no país.

227 bloqueios e **259** penhoras de bens de autores de irregularidades, atingindo a marca de **R\$ 911 milhões**

3,9 mil acompanhamentos de ações em que a União é parte

R\$ 171 milhões arrecadados

R\$ 5,6 bilhões economizados de maneira direta e

R\$ 18,8 bilhões economizados em valores impugnados

1,5 mil ações ajuizadas pelo Grupo Permanente de Combate à Corrupção, com expectativa de ressarcimento

de **R\$ 1,4 bilhão**

Pizzolato – Apresentado recurso à Corte de Cassações de Roma contra a decisão da Corte de Apelação de Bolonha de negar a extradição do ex-diretor de marketing do Banco do Brasil, condenado pelo STF na Ação Penal 470.

Fiscalização – Proposta a inclusão de cláusula contratual que permita ao Estado acessar movimentação bancária de instituições e empresas que recebem repasse de verbas federais.

Rio São Francisco – Mutirão de conciliação em Pernambuco assegurou a desapropriação de imóveis em área que será utilizada para a integração do rio.

Mais vitórias na Justiça – Percentual de decisões favoráveis na Justiça subiu de 51% em 2013, quando a União ganhou mais do que perdeu pela primeira vez na história, para 53% em 2014.

Terreno público – Devolução de terrenos da Marinha que eram ocupados irregularmente desde 1986 em Florianópolis (SC).

Chesf – Afastada indenização de R\$ 20 trilhões à construtora Mendes Júnior por supostos prejuízos na construção na Usina de Itaparica (PE).

Ressarcimento – Assegurada a penhora de bens das empresas do ex-deputado federal Wígberto Tartuce por dívidas de R\$ 29 milhões com o Tesouro Nacional.

Redução de litígio – Extinção de 20.827 processos no STJ e nos Tribunais Regionais Federais, gerando uma economia de R\$ 15,8 milhões em custos administrativos para o STJ.



PGF

PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

Responsável pelo assessoramento jurídico e pela defesa judicial e extrajudicial das 159 autarquias e fundações públicas federais, como INSS, Ibama, Incra, CVM, Cade, agências reguladoras, Institutos e Universidades Federais, distribuídas em 222 municípios. Também realiza a inscrição em dívida ativa nos órgãos assessorados.

Energia – Acompanhamento do leilão das linhas de transmissão da UHE Belo Monte e outras, garantindo investimentos de R\$ 9,4 bilhões. Também foi assegurado, no STJ a cobrança de R\$ 594 milhões contra a empresa responsável pela UHE de Santo Antônio (RO) por atraso no fornecimento de energia. A AGU evitou que o valor fosse repassado indevidamente ao consumidor.

Ocupações – Afastado o pedido de indenização que cobrava R\$ 226,5 milhões do Incra e do Ibama por ocupações de imóveis rurais em Rondônia.

Indígena – Parecer reafirma que Funai não pode ser responsabilizada por prejuízos patrimoniais provocados por indígenas.

Concurso público – Reconhecida a possibilidade de candidatas com escolaridade superior à exigida no edital tomarem posse, desde que o cargo a ser preenchido seja de área correlata.

Aeroportos do Rio na Copa – Obtida decisão judicial que impediu piquetes e bloqueios nos aeroportos do Rio de Janeiro, evitando que aeroviários prejudicassem o acesso aos locais durante o mundial.

Cinta Larga – Garantidas as autorizações de lavra concedidas pelo DNPM no entorno do território indígena Cinta Larga (RO), evitando um prejuízo estimado em R\$ 1,9 bilhão.

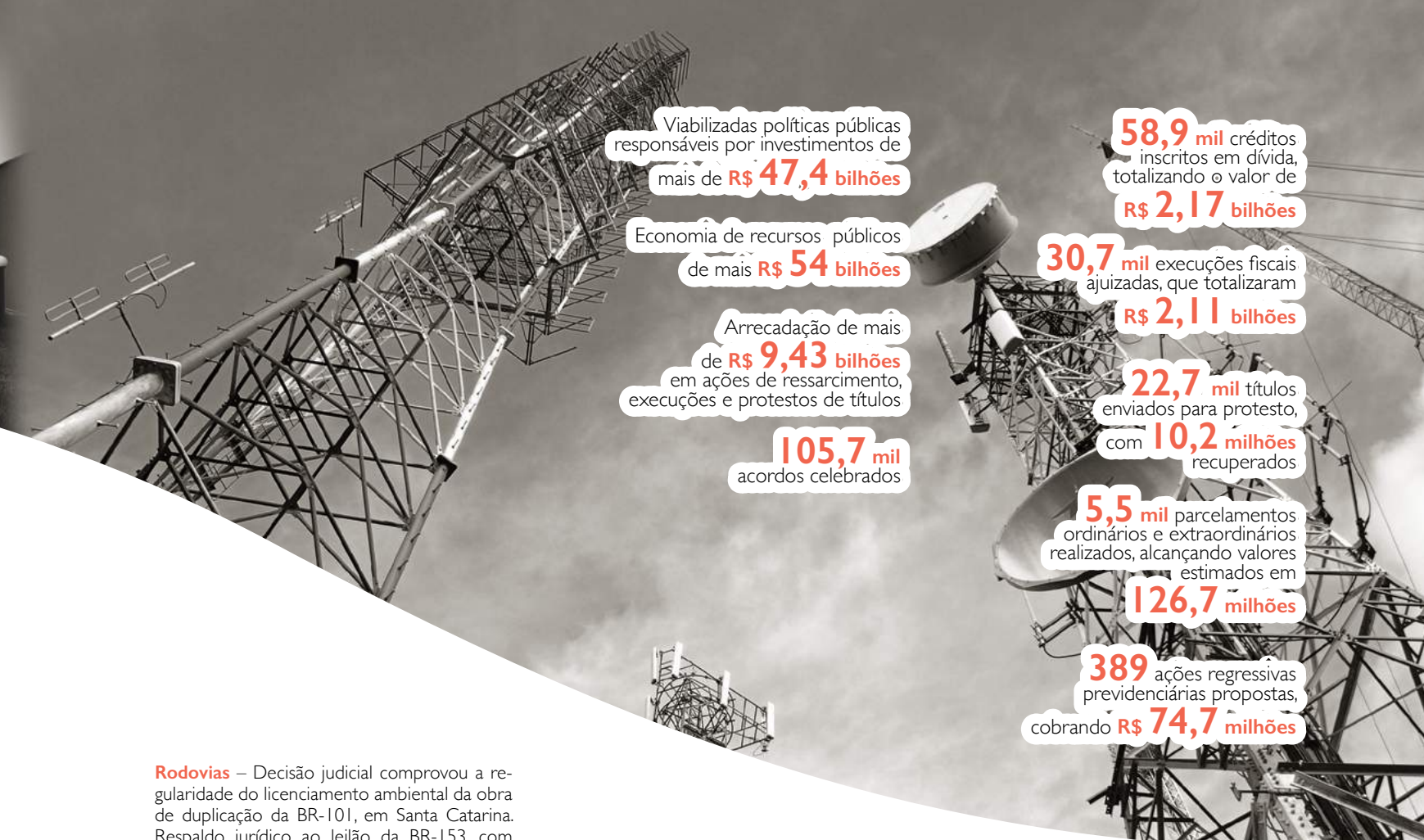
Eleições – Proibição aos candidatos de usarem nomes de entidades e órgãos públicos.

Pós-graduação – Reafirmada a necessidade de prévio reconhecimento do título de mestrado ou doutorado obtido no exterior para quaisquer fins.

Cooperativas – Parecer favorece aumento da participação de cooperativas nas licitações promovidas pelo Poder Público.

Aposentadoria especial – Garantida, no STJ, interpretação adotada pelo INSS sobre o nível de ruído que caracteriza o trabalho como tempo especial para fins previdenciários.

Greves – Suspensas paralisações de servidores da área da Cultura, do IBGE e de professores e técnicos de institutos federais de ensino e universidades.



Viabilizadas políticas públicas responsáveis por investimentos de mais de **R\$ 47,4 bilhões**

Economia de recursos públicos de mais **R\$ 54 bilhões**

Arrecadação de mais de **R\$ 9,43 bilhões** em ações de ressarcimento, execuções e protestos de títulos

105,7 mil acordos celebrados

58,9 mil créditos inscritos em dívida, totalizando o valor de **R\$ 2,17 bilhões**

30,7 mil execuções fiscais ajuizadas, que totalizaram **R\$ 2,11 bilhões**

22,7 mil títulos enviados para protesto, com **10,2 milhões** recuperados

5,5 mil parcelamentos ordinários e extraordinários realizados, alcançando valores estimados em **126,7 milhões**

389 ações regressivas previdenciárias propostas, cobrando **R\$ 74,7 milhões**

Rodovias – Decisão judicial comprovou a regularidade do licenciamento ambiental da obra de duplicação da BR-101, em Santa Catarina. Respaldo jurídico ao leilão da BR-153, com investimentos previstos de R\$ 4,3 bilhões em Tocantins e Goiás.

Requerimento administrativo – Obtida decisão do STF reconhecendo a obrigatoriedade de prévio requerimento administrativo para concessão de benefícios previdenciários.

Portos – Comprovada a validade de licenciamento ambiental do maior projeto portuário em curso no país, o Porto Sul, em Ilhéus (BA).

Telefonia – Realização de plantão judicial para assegurar o leilão da tecnologia 4G, que arrecadou R\$ 5,9 bilhões e atraiu R\$ 3,6 bilhões em investimentos.

Tratamento de câncer – Assegurado o pregão realizado pela CNEN para adquirir iodo radioativo I25, utilizado no tratamento de câncer.

Idosos – Confirmada a gratuidade de passagens de ônibus interestaduais para idosos.

Enem – Realização de plantão judicial para impedir que ações judiciais atrapalhassem a aplicação das provas.

Dia Internacional de Combate à Corrupção – Ajuizamento em massa de 95 ações com expectativa de ressarcimento de R\$ 103 milhões aos cofres públicos.

Planos econômicos – Evitado, no TST, o pagamento indevido de mais de R\$ 20 milhões a título de planos econômicos relativo aos servidores da UFRSA.

Meio ambiente – Comprovada a legalidade do ato de condicionar o licenciamento de veículo ao pagamento de multa ambiental aplicada por transporte ilegal de madeira.

Desmatamento – Bloqueio de R\$ 15 milhões de infrator que desmatou 2 mil hectares em fazenda do Mato Grosso.

Condenação – Garantida a condenação de servidora que desviou R\$ 1,28 milhão do Ibama.



PGFN

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

Vinculada administrativamente ao Ministério da Fazenda e tecnicamente à AGU, suas atribuições consistem em representar a União em causas fiscais, na cobrança judicial e administrativa dos créditos tributários e não-tributários e no assessoramento e consultoria no âmbito do Ministério da Fazenda. A Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, que instituiu a Lei Orgânica da AGU, previu, expressamente, a subordinação técnica e jurídica da PGFN ao Advogado-Geral da União.

Cigarros – Suspensa decisão que mandava reabrir indústria tabagista que teve o registro cassado por irregularidade fiscal.

Carta de fiança e honorários advocatícios – Assegurada a necessidade de que a Carta de Fiança dada em garantia de execução fiscal abarque, também, o valor dos honorários advocatícios.

Entidade Fechada de Previdência Privada – Comprovada a impossibilidade de dedução da parcela denominada “transferência interprograma”, considerada despesa administrativa, da base de cálculo do PIS / Cofins.

Protesto extrajudicial de certidões da dívida – Foram protestadas 313,8 mil certidões de dívida ativa, no valor total de R\$ 1,2 bilhão, tendo sido recuperados R\$ 224,3 milhões.

Execução Fiscal e Massa Falida – Reconhecida no STJ a possibilidade de emenda da Certidões de Dívida Ativa para a inclusão do termo “massa falida”, sendo descabida a extinção da execução fiscal por ilegitimidade passiva.

Contribuição para o Sebrae – Confirmado que sujeição passiva alcança cooperativas que atuam no setor.

Constitucionalidade da DRU – Assegurada, no STF, a desvinculação de 20% das receitas obtidas com a incidência de CSLL/PIS e Cofins sobre salários, conforme estabelecido pelas Emendas Constitucionais 27/2000 e 42/2003. A decisão evitou prejuízo de até R\$ 447 bilhões para a União.

Embargos à execução contra a Fazenda Pública – Reconhecido que não é necessário apontar, na petição inicial dos embargos à execução contra a Fazenda Pública, eventual parcela incontroversa do débito ou incorreções encontradas nos cálculos do credor.

Incidência monofásica / PIS e Cofins – Confirmado entendimento de que não há creditamento de PIS e Cofins no caso de incidência monofásica.

CPMF – Reconhecida a incidência da CPMF sobre a transferência da titularidade de contas bancárias em face de incorporação societária.

Contribuição previdenciária – Reconhecida, no STJ, a incidência de contribuição previdenciária sobre horas extras, adicional noturno, adicional de periculosidade, salário-maternidade, salário-paternidade e descanso semanal remunerado.

Contribuição Social / Receita Bruta – Comercialização da produção rural e empregadores (artigo 25 da Lei nº 8.212/91 com a redação dada pelas Leis nº 8.540/92 e 9.528/97), o STF proclamou a insubsistência da contribuição, ocorrendo a repristinação da norma anterior alterada ou revogada pelo dispositivo declarado inconstitucional.

Contratos de Alienação de Imóveis – Demonstrada a incidência de PIS e Cofins sobre as receitas financeiras de contratos de alienação de imóveis.

Contribuições destinadas ao Instituto do Açúcar e do Alcool – Confirmado, no STF, que as contribuições são compatíveis com a Constituição Federal de 1998.

Aquisição de insumos isentos, não tributados ou sujeitos à alíquota zero do IPI – Confirmada a jurisprudência acerca da impossibilidade do creditamento.

Conceito de insumos – Exclusão de valores pagos a funcionários do conceito de insumos para fins de geração de créditos de PIS e Cofins, apurados pelo regime da não cumulatividade.

Depósitos judiciais – Confirmada a incidência de IRPJ e CSLL sobre o valor referente à variação positiva da Taxa SELIC sobre depósitos judiciais, bem como sobre os juros incidentes na repetição do indébito tributário.

PIS e Cofins – Incidência sobre atos cooperativos com a garantia de economia de R\$ 64,93 bilhões para a União ao evitar que valores recolhidos pelas cooperativas tivessem que ser devolvidos. Decisão também assegurou arrecadação de R\$ 6,74 bilhões em 2014.

Total arrecadado
R\$ 20,6 bilhões

Total economizado
R\$ 511,9 bilhões

R\$ 1,2 bilhão
protestados

R\$ 1,3 trilhão
em estoque da
Dívida Ativa da União
(FGTS, não-previdenciários,
e previdenciários)

7,5 milhões
ações acompanhadas



PGBC PROCURADORIA-GERAL DO BANCO CENTRAL

A Procuradoria-Geral do Banco Central (PGBC) é unidade integrada administrativamente ao Banco Central e subordinada diretamente ao Ministro de Estado Presidente da Instituição. Seu papel, em relação ao Banco Central, abrange representação judicial e extrajudicial, consultoria e assessoramento jurídicos, controle interno da legalidade e apuração da liquidez e certeza de créditos, para efeito de inscrição em dívida ativa e cobrança.

Reconhecimento – Recebimento de homenagem da Association of Legal Administrators (ALA), associação norte-americana de administradores jurídicos, em reconhecimento às boas práticas adotadas pela PGBC com o Projeto Gestão Legal.

Comitê de Estudos Jurídicos da PGBC – Criação de instância colegiada para gerir e disseminar de forma sistematizada conhecimento jurídico de interesse da unidade, abrangendo a supervisão da Revista da PGBC, o estímulo à discussão de temas jurídicos relevantes e a promoção de encontros, seminários, cursos e eventos correlatos.

Patrimônio de Referência – Consultoria jurídica para adequação do arcabouço regulatório às diretrizes do acordo de Basileia III, notadamente quanto às regras de composição do Patrimônio de Referência (PR) das instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Sistema BCJUR 2 – Entrega de funcionalidades de todos os módulos do sistema, com ferramentas para acompanhamento de processos judiciais, consultas jurídicas, provisionamento contábil de riscos de sucumbência, controle de precatórios, gestão de créditos e elaboração de manifestações jurídicas.

Letra Imobiliária Garantida (LIG) – Assessoramento jurídico no curso do processo para proposição legislativa da criação de título voltado à expansão segura do crédito imobiliário.

Score de crédito – Atuação como *amicus curiae*, no STJ, em julgamento que confirmou a legalidade dos sistemas de score de crédito, utilizados no âmbito do Sistema Financeiro Nacional para melhor avaliação do risco de crédito, com reflexos positivos sobre concorrência, spread, eficiência do sistema e prevenção ao superendividamento, bem como educação e inclusão financeira.

R\$ 5,02 bilhões arrecadados em execuções fiscais ou cobranças administrativas de créditos inscritos na dívida ativa do Banco Central, de execução de honorários advocatícios e por meio do Refis das Autarquias

R\$ 325,5 milhões economizados

R\$ 882,2 milhões recebidos em pagamentos de créditos inscritos em dívida ativa

7,8 mil petições,
5,1 mil notas jurídicas e

442 pareceres produzidos

87,4% de resultados favoráveis nos processos judiciais

FGTS – Atuação como *amicus curiae*, no STF e no STJ, em defesa da validade das disposições legais que preveem a adoção da TR para remuneração das contas do FGTS, com obtenção de parecer do Procurador-Geral da República favorável ao posicionamento do Banco Central, no Supremo, e de liminar para suspensão dos processos sobre a matéria no STJ.

Projeto Grandes Devedores – Planejamento e início da execução de projeto voltado ao aperfeiçoamento das atividades de recuperação de créditos a cargo da PGBC, com a fixação de estratégias para cada faixa e tipo de crédito e concentração de esforços nos de grande valor e com maior possibilidade de recuperação.

Competência exclusiva – Obtenção, no STF, de decisão favorável à competência exclusiva do Banco Central para apreciar aspectos concorrenciais e atos de fusão bancária no âmbito do Sistema Financeiro Nacional.

Dados públicos – Consultoria sobre a Lei nº 12.527/2011 no que diz respeito à revelação de dados de pessoa jurídica de direito público constantes no Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional, mantido pelo Banco Central.

Sistema Registrato – Participação ativa nos estudos que viabilizaram o lançamento de sistema que permite ao cidadão consultar informações de seu interesse constantes em bases de dados do Banco Central.

Banco dos Brics – Participação ativa no assessoramento jurídico para formulação e celebração do acordo internacional de criação do Arranjo Contingente de Reservas dos Brics (Contingent Reserve Arrangement, CRA).

Cobrança extrajudicial – Adoção de medidas para implantação de escritório de cobrança extrajudicial, incluindo o estabelecimento de rotina de protesto extrajudicial de Certidões de Dívida Ativa do Banco Central.

Planos Econômicos – Atuação como *amicus curiae*, no STF e no STJ, em processos que questionavam aspectos do Plano Real e dos demais planos econômicos implantados entre as décadas de 1980 e 1990, com a confirmação, pelo Plenário do STF, de liminar que suspendeu ações em que se questionava a constitucionalidade de regra do Plano Real.



CGU CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

Órgão de Direção Superior da AGU que tem por função principal colaborar com o Advogado-Geral da União no assessoramento jurídico ao Presidente da República, assim como prestar a assessoria e consultoria para a Administração Federal Direta, em Brasília, junto aos Ministérios e às Secretarias da Presidência da República, por meio das Consultorias e Assessorias Jurídicas, e ainda junto aos Órgãos da Administração Direta situados nos Estados, sob a responsabilidade das Consultorias Jurídicas da União nos Estados.

Meio ambiente – Orientações jurídicas para ações de redução dos riscos de desastre provocado pela cheia do Rio Madeira, no Acre.

Contas públicas – Manifestação em processos no TCU que tratavam de portos, ferrovias, programa Minha Casa, Minha Vida, obras da Copa do Mundo – garantida a ampliação do Regime Diferenciado de Contratações (RDC), aeroportos (assegurado o segundo estágio de concessões) – e Fundo Soberano.

Defesa da advocacia pública – Obtido o reconhecimento do CNJ de que juízes não podem aplicar multa pessoal a advogados públicos por descumprimento de decisão judicial por parte de gestores públicos.

Informações sigilosas – Resguardo da prerrogativa legal de classificação da informação sigilosa em situações nas quais a divulgação de dados pode comprometer as relações internacionais.

Minutas – Divulgação, no site da AGU, de minutas atualizadas de editais, contratos, convênios e respectivos *checklists*, além dos resultados dos trabalhos das Comissões Permanentes – Licitações e Contratos, Convênios e NESLIC, e elaboração do Manual de Licitações e Contratos.

Inadimplência – Orientação sobre a uniformização de procedimentos para o registro de inadimplência de estados e municípios em cadastros federais, bem como sua suspensão nas hipóteses especialíssimas previstas em Lei.

Mais Médicos – Parecer atesta que profissionais do programa podem expedir atestados, requisitar exames, prescrever medicamentos e elaborar laudos.

Copa do Mundo – Resguardo da prerrogativa legal de ponderação do princípio da liberdade de expressão em favor da regularidade da Copa do Mundo de Futebol no Brasil.

Licitações e contratos – Assessoria jurídica no projeto de lei que moderniza as normas para licitações e contratos da Administração Pública.

ONGs – Assessoria jurídica na elaboração do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.

Apoio – Preparo do material para a composição do Kit do Advogado Consultivo.

Incentivos fiscais – Parecer comprova a legalidade da concessão, manutenção ou ampliação de benefícios fiscais em ano eleitoral, desde que amparada por estudo técnico que ateste sua necessidade.

Mercado de trabalho – Parecer atesta que microempresa com até seis funcionários pode contratar aprendiz.

Avaliação de resultados – Instauração do projeto piloto dos Indicadores de Desempenho da Atividade Consultiva e criação do Grupo de Trabalho para mensurar a produtividade jurídica dos órgãos consultivos.

Capacitação – Realização de duas palestras, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, com o tema a responsabilidade do parecerista e do gestor público na condução dos atos da Administração Pública.

Conciliação – Instalação de câmaras locais de conciliação em todos os estados do país, com a capacitação de coordenadores para atuar em processos conciliatórios.

Lei Orgânica da AGU – Assessoria jurídica no projeto que altera a lei.

Manual – Projeto de criação do Manual sobre Assessoramento Jurídico nas Consultorias Jurídicas da União nos Estados.

Controle de gastos – Parecer orienta a Administração Pública a descontar dos repasses às empresas terceirizadas valor de vale-transporte que não for requisitado por funcionários.

Imigração – Orientação jurídica no projeto que institui a Lei de Migração e regula a entrada de estrangeiros no Brasil.

Projeto Proteus – Implantação de força-tarefa para auxiliar as consultorias jurídicas junto aos ministérios e as assessorias jurídicas que atuam na Presidência de República.

Sapiens – Implantação do sistema em 90% dos Órgãos Consultivos. Parceria com o idealizador do Sapiens com intuito de aprimorar o sistema e desenvolver o módulo consultivo. Participação em inúmeras reuniões antes mesmo da instituição do Comitê Gestor do Sapiens, onde a CGU atualmente possui assento nos comitês técnicos de Consultoria e Contencioso.

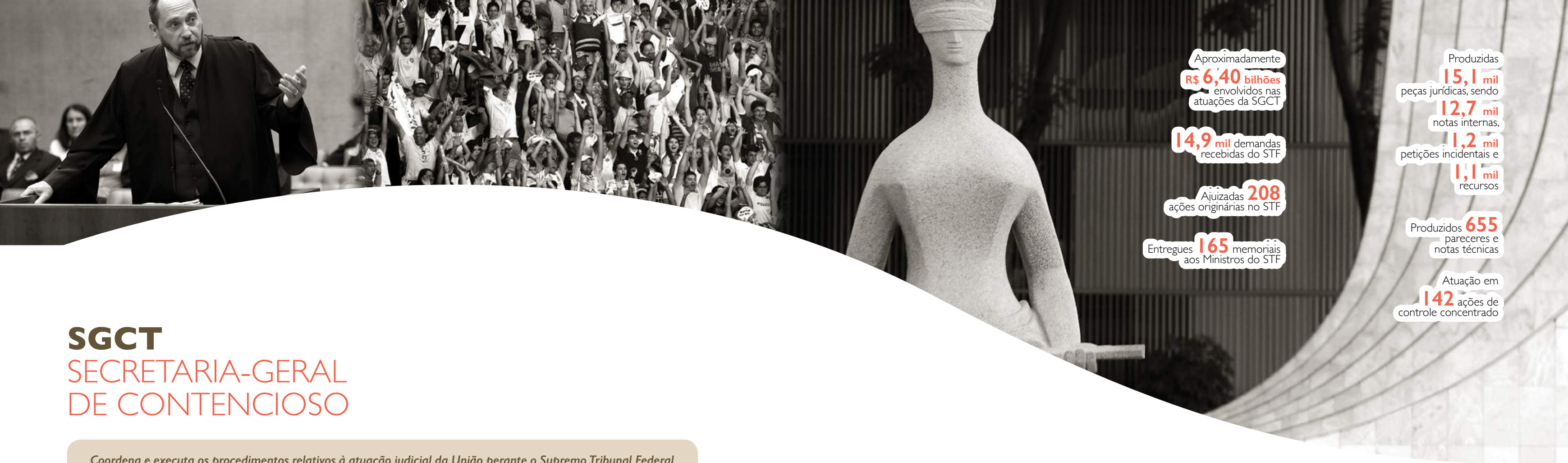
44,8 mil
pareceres produzidos

19,6 mil
notas jurídicas
elaboradas

1,6 mil
reuniões/audiências
realizadas

277
atuações para prestar
informações ao STF

10
termos de conciliação
celebrados entre
órgãos federais



SGCT SECRETARIA-GERAL DE CONTENCIOSO

Coordena e executa os procedimentos relativos à atuação judicial da União perante o Supremo Tribunal Federal nos processos de competência originária e recursal, promovendo ainda a representação judicial do Presidente da República, dos ministros de Estado e demais autoridades. Cabe também ao órgão orientar as demais unidades da AGU no tocante às matérias de contencioso constitucional, coordenar os escritórios avançados, como também propor ao Advogado-Geral da União a edição de enunciados de súmulas e instruções normativas da AGU.

Previdência Social – Defesa, no STF, da validade do prazo de 10 anos para o segurado requerer a revisão de benefício já concedido.

Acessibilidade – Acolhimento do novo calendário estabelecido pela Administração Pública para a implantação de recursos de áudio-descrição por emissoras de televisão.

Eleições – Defesa das normas que estabelecem a divisão do tempo do horário eleitoral gratuito no rádio e na TV.

Portos – Referendada pelo plenário do STF decisão que determinou a suspensão de lei editada pelo município de Santos (SP) referente à atividade portuária naquela localidade, por invasão da competência legislativa da União para regular o tema.

Copa – Garantida a constitucionalidade da Lei Geral da Copa, que instituiu as condições jurídicas e administrativas para a realização da Copa do Mundo, da Copa das Confederações e da Jornada Mundial da Juventude.

Saúde – Manifestação pela validade de lei de 1961 que determina piso salarial para médicos e cirurgiões-dentistas, em três vezes o valor do salário-mínimo, até que nova norma sobre o tema seja publicada.

Responsabilidade fiscal – Defesa do cumprimento das exigências previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial nos casos que envolvem a inscrição de entes federados no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC).

Aproximadamente
R\$ 6,40 bilhões
envolvidos nas
atuações da SGCT

14,9 mil demandas
recebidas do STF

Ajuizadas **208**
ações originárias no STF

Entregues **165** memoriais
aos Ministros do STF

Produzidas
15,1 mil
peças jurídicas, sendo
12,7 mil
notas internas,
1,2 mil
petições incidentais e
1,1 mil
recursos

Produzidos **655**
pareceres e
notas técnicas

Atuação em
142 ações de
controle concentrado

Resolução CJF – Pedido ao STF a suspensão da Resolução nº 267/2013 do Conselho da Justiça Federal, que altera índice de correção de dívidas da Fazenda Pública.

Imposto de Renda – Defesa das normas que preveem isenções, abatimentos, deduções, alíquotas progressivas e faixa de isenção.

Ressarcimento – Defesa da tese de que as ações ajuizadas com o objetivo de obter o ressarcimento de verbas aos cofres públicos desviadas ilícitamente não devem prescrever em cinco anos.

Auxílio-moradia – Apresentado Mandado de Segurança contra decisão de ministro do STF que autorizou o pagamento de auxílio-moradia a todos os juízes federais no valor de R\$ 4,3 mil.

Dívida ativa – Defesa pela constitucionalidade da lei que incluiu as Certidões de Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos municípios e das respectivas autarquias e fundações públicas entre os títulos sujeitos a protesto.

Concurso para cartórios – Assegurada constitucionalidade da realização de concurso público para o preenchimento da vaga de titular de cartórios de notas e de registros.

Supersalários – Defesa da observância, por servidores e ocupantes interinos de cartórios, do teto remuneratório fixado na Constituição para todo o funcionalismo público.

Nomeações – Fixado entendimento do STF de que decisão liminar não garante posse definitiva em cargo público, afastando a aplicação da teoria do fato consumado.

Telemarketing eleitoral – Defendido, no STF, que o telemarketing seja enquadrado como perturbação pública e seja proibida como propaganda eleitoral.

Reintegração – Garantida a devolução de prédio que era ocupado irregularmente pela Associação dos Magistrados de Roraima, em Boa Vista (RR), à Administração Pública Federal.



CGAU

CORREGEDORIA-GERAL DA ADVOCACIA DA UNIÃO

Fiscaliza as atividades funcionais dos membros das carreiras jurídicas da AGU e realiza correções nos órgãos integrantes da Instituição para verificação da regularidade e eficácia dos serviços jurídicos prestados. O seu papel é exercer uma atividade de controle preventiva, corretiva e de apuração de eventuais irregularidades constatadas.

Realização de correções temáticas – No Incra (com foco nos juros compensatórios nas desapropriações para fins de reforma agrária), no Ibama (avaliação do sistema de constituição de crédito e da dívida ativa) e no Patrimônio Imobiliário da União (atuação das Procuradorias Regionais e Seccionais).

Publicação da Portaria nº 87/2014-CGAU/AGU – Estabelece aspectos a serem observados durante o exame das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos pelas equipes de correção ordinária, ampliando a transparência, a isonomia e a segurança jurídica dos procedimentos.

Proposta de normativo ao AGU – Apresentada nova metodologia para avaliação dos membros de carreiras Jurídicas em estágio probatório e confirmatório (advogado da União, procurador da Fazenda Nacional, procurador federal e procurador do Banco Central do Brasil).

Escritório avançado – Inauguração do escritório avançado da Corregedoria na 4ª Região, em Porto Alegre (RS). O escritório, o terceiro inaugurado para descentralizar as atividades da Corregedoria, atende mais de 100 unidades da AGU nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e tem como principal objetivo aumentar a eficiência da atuação correicional, disciplinar e de avaliação de desempenho de membros no estágio confirmatório.

Correção eletrônica – Consolidada implantação da correção eletrônica nos processos judiciais. Maior agilidade aos procedimentos e redução de custos de deslocamentos da CGAU a outros estados.

Aproximação com as corregedorias dos Poderes – Ressaltando a participação da Corregedoria-Geral, por intermédio de membros da AGU.

78 correções ordinárias e **1** correção extraordinária realizadas

6 processos administrativos disciplinares e sindicâncias instauradas

39 processos administrativos disciplinares em andamento em 2014

194 advogados da União e **223** procuradores da fazenda nacional em estágio confirmatório

2 cassações de aposentadoria, **2** suspensões



SGCS SECRETARIA-GERAL DE CONSULTORIA

Responsável por supervisionar e coordenar a articulação entre os órgãos de direção superior, de execução e vinculados à AGU, assim como destes com os demais órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O Secretário-Geral de Consultoria é o substituto do Advogado-Geral e à Secretaria-Geral de Consultoria compete assistir o Advogado-Geral da União quanto aos assuntos internos da Instituição, além de prestar a ele e à Secretaria-Geral de Administração (SGA), por meio do Departamento de Assuntos Jurídicos Internos (DAJI), assessoramento jurídico, ressalvada a competência específica da Consultoria-Geral da União. No assessoramento jurídico da SGA, cabe ao DAJI examinar, prévia e conclusivamente, minutas de edital de licitação e dos respectivos contratos e termos aditivos, bem como os atos de reconhecimento de inexistência ou dispensa de licitação.

Representação institucional – Representação da Instituição e do Advogado-Geral da União em diversas reuniões, audiências públicas e eventos dos três Poderes.

Saúde dos servidores – Colaboração na análise jurídica e adoção de medidas para aprimoramento da prestação de serviços de assistência à saúde do servidor, incluindo o patrocínio e a celebração de convênio com entidades de autogestão em saúde.

Processo Legislativo – Participação em debates sobre Código de Processo Civil, alteração da Lei Orgânica da AGU, transposição do regime jurídico dos Servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional abrangidos pela Lei nº 8.887/1994, demarcações das reservas indígenas no Brasil e terrenos de marinha.

Comissão de ética – Estruturação e implementação; presidência com mandato de dois anos (2014/2016).

Acordos judiciais – Análise para autorização de celebração de acordos judiciais e extrajudiciais de empresas públicas dependentes cujo valor seja superior a R\$ 500 mil.

Mensagem Presidencial – Coordenação e consolidação das informações prestadas pelos órgãos da AGU destinados à Casa Civil da Presidência da República para a elaboração da Mensagem Presidencial destinada ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa de 2015.

Eleições – Coordenação da elaboração e divulgação da cartilha sobre Condutas Vedadas aos Agentes Públicos Federais em Eleições, bem como de esclarecimentos acerca da legislação eleitoral com a realização de 12 palestras sobre o assunto.

Previdência Complementar – Participação na implementação da Fundação de Previdência Complementar dos Servidores Públicos Federais como membro do Conselho Deliberativo e coordenação da análise jurídica de processos judiciais e de eventuais passivos da União relacionados a entidades de previdência complementar.

Lei de Acesso à Informação – Atuação na Comissão Mista de Reavaliação de Informações, última instância de análise de pedidos via LAI.

Questões fundiárias – Intermediação de conflitos decorrentes de questões fundiárias envolvendo a demarcação de terras indígenas e titulação de áreas ocupadas por comunidades remanescentes de quilombolas.

Licenciamento ambiental – Contribuição no aprimoramento de atos normativos que regulamentam o licenciamento ambiental e a atuação de órgãos envolvidos (Funai, Iphan e Fundação Cultural Palmares); atuação como membro da Comissão Tripartite Nacional, prevista na Lei Complementar nº 140/2011, responsável por propor regulamentação que estabeleça tipologias para o exercício da competência de licenciamento ambiental.

Pró-Equidade – Reconhecimento da Secretaria de Políticas para as Mulheres com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça e ampliação da política de equidade para funcionários terceirizados.

Concursos públicos – Presidência das bancas examinadoras dos concursos públicos para advogado da União e procurador da Fazenda Nacional.

142 notas jurídicas produzidas

635 pareceres elaborados.

133 portarias sobre aposentadoria

113 exonerações

100 nomeações

79 designações

181 dispensas

51 vacâncias

76 remoções

67 atribuições de GT

16 interrupções de férias, cessões pensões e licenças capacitação, entre outras



- 284 audiências no gabinete
- 10 convocações para despacho com a Presidência
- 20 participações em reuniões com a Presidência
- 63 participações em eventos
- 13 atendimentos pessoais à imprensa
- 153 reuniões externas
- 130 reuniões internas
- 5 sustentações orais no STF

GAB/AGU GABINETE

Compete ao Gabinete assistir ao Advogado-Geral da União na representação política e social; preparar despachos e expedientes a serem submetidos ao AGU; acompanhar o andamento de projetos de interesse da Instituição; atender às consultas e aos requerimentos formulados pelo Executivo, Legislativo e Judiciário; ocupar-se das Relações Públicas do AGU; publicar matérias institucionais no Diário Oficial da União; coordenar e supervisionar as atividades do cerimonial; coordenar a distribuição e triagem de documentos submetidos ao AGU.

Capacitação – Acesso dos servidores aos cursos oferecidos pela AGU para aperfeiçoamento e aprimoramento.

STF – Realizadas cinco sustentações orais no Supremo Tribunal Federal pelo ministro Luís Inácio Adams.

Parque tecnológico – Gestão junto à área de tecnologia para modernização dos equipamentos de informática.

Arquivos – Digitalização e guarda da documentação expedida em arquivos de rede. Aperfeiçoamento do sistema para consulta de atos publicados.

Reuniões – Realizadas 153 reuniões externas e 130 reuniões internas.

Sustentabilidade – Reaproveitamento de papéis para bloco de rascunho, reduzindo os gastos com material de expediente e os impactos ao meio ambiente.

Servidores – Inserção de formulário padrão para fim de *checklist* em todos os processos de cessão e nomeação, de acordo com os documentos exigidos pela Portaria Lei nº 564/12.

Modernização – Adotado o sistema Sapiens em todos os processos do Gabinete.

SGA

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Administra, planeja, coordena, supervisiona e executa as atividades relacionadas com os sistemas de planejamento e orçamento federal, administração financeira, contabilidade e custos, recursos humanos, serviços gerais, modernização administrativa, documentação e arquivos no âmbito da AGU, exercendo a função de órgão setorial dos sistemas estruturadores e estruturantes da Administração Pública Federal. Também tem competência de instaurar processos administrativos disciplinares dos servidores técnico-administrativos.

Concurso – Realização de concurso e nomeação de 60 novos servidores para áreas administrativas.

AGU na Medida Certa – Mais de 100 servidores atendidos pelo Programa de Orientação Nutricional no Distrito Federal.

Documentos – Efetuado descarte de 2.557 caixas-arquivo contendo cópias de documentos, o equivalente a 365 metros cúbicos de papel.

Papai Noel da AGU – Realização da campanha, pelo terceiro ano consecutivo, para que servidores e membros adotem cartas de crianças enviadas para os Correios com pedidos para o Papai Noel.

Melhorias nas Instalações – Em Belo Horizonte (MG), Boa Vista (RR), Criciúma (SC), Feira de Santana (BA), Ilhéus (BA), Macapá (AP), Novo Hamburgo (RS), Porto Velho (RO), Rio Branco (AC) e Salvador (BA).

Gestão – Inclusão das atividades da Secretaria de Controle Interno da Presidência da República no Sapiens, o que permitiu à Presidência usar o sistema para fiscalizar e auditar processos administrativos.

Módulo de Controle do Sistema CONTA – Envia diariamente e-mails aos gestores e fiscais de contratos, mantendo-os devidamente informados dos prazos de vigência, auxiliando dessa forma as atividades envolvidas no processo de fiscalização e execução dos contratos firmados.

Instalações Eficientes e Sustentáveis – Avalia e acompanha as condições do imóvel, gestão de infraestrutura, gestão da logística, tecnologia da informação, gestão da documentação e informação, gestão administrativa e financeira e ações ambientais. A AGU conta com 196 prédios, nos quais estão instalados 64 escritórios de representação e 199 unidades.

Módulo de Capacitação do Sistema CONTA – Permite que os usuários tenham em tempo real a quantidade de servidores capacitados e horas de capacitação, tornando o processo mais transparente e de fácil gestão.

Projeto Esplanada Sustentável – Redução de R\$ 134 mil na despesa de água e esgoto.

Sistema de Informação de Custos (SICGov)

– Implantado sistema de acompanhamento de gestão orçamentária e financeira nas cinco Superintendências de Administração nos Estados, possibilitando o levantamento das despesas das unidades da AGU em todo o Brasil.

Programa de Redução de Despesas Postais – Iniciativa diminuiu em R\$ 249 mil os gastos.

Transporte – Substituição do uso de carros próprios da AGU pelo serviço de táxi, o que vai gerar uma economia estimada de R\$ 1 milhão por ano.

Inauguração de novas instalações – Em Fortaleza (CE), Goiânia (GO), Niterói (RJ), São Luís (MA) e Teresina (PI), viabilizando importante economia nos custos administrativos. Também foi inaugurada a nova sede da PRU no Rio de Janeiro, em substituição à anterior, que apresentava problemas estruturais.

Cerca de **12 mil** servidores, sendo

9,7 mil do quadro de pessoal próprio, incluindo

5,6 mil membros e **1,5 mil** servidores administrativos

193 aposentadorias concedidas

100% do orçamento de **R\$ 2,76 bilhões** utilizado



10 mil
usuários ativos
no sistema SAPIENS

1 milhão
de documentos cadastrados
no sistema SAPIENS

500 mil
atividades lançadas
no sistema SAPIENS
sendo **200 mil**
processos

2,3 mil
processos
apreciados

DGE DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Responsável por supervisionar, coordenar, orientar e promover as ações de gestão estratégica da AGU, visando o gerenciamento mais efetivo das informações e projetos estratégicos, necessários à melhoria do desempenho institucional, de modo a acompanhar as novas tendências e os anseios do governo, da sociedade e dos cidadãos.

Sapiens – Implantado o sistema de processo eletrônico da AGU em 553 unidades.

Promoção – Concedidas 186 promoções a advogados da União e procuradores da Fazenda Nacional.

Análise Técnica – Analisados 2.389 processos administrativos.

Tecnologia – 15 reuniões do Grupo de Trabalho de Revisão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação.

Procedimentos – Produzidas 176 notas técnicas e expedidos 163 documentos.

GPWEB – Produzidos 144 projetos estratégicos e setoriais cadastrados no sistema GPWEB e computados 261 usuários do sistema ativos.

Novo modelo de gestão – Realizado concurso público para cargos de apoio técnico-administrativo da AGU, nas áreas de comunicação social, biblioteca, tecnologia da informação, administração, cálculos e perícias, para suporte ao novo modelo de gestão, focado no uso intensivo do processo eletrônico, decorrente da implantação do sistema Sapiens.

Internet – Aumentada a capacidade de conexão na AGU em até 400%, com dois links (principal e redundante) funcionando de forma concomitante.

Tecnologia da Informação – Inauguração do novo Datacenter, com 450 servidores virtuais e capacidade de armazenamento de 500 Terabytes, para ampliar os serviços e infraestrutura em TI das unidades da AGU.

Análise Técnica – Analisados 2.389 processos administrativos.

Remoção – Autorizadas 143 remoções de advogados da União.

Estágio confirmatório – Analisados processos referentes ao estágio confirmatório de 27 advogados da União e 123 procuradores da Fazenda Nacional.

Gestão de carreiras – Realizados estudos e análises para definir parâmetros para lotação de membros das carreiras jurídicas e servidores administrativos, bem como para instalação de novas unidades.

CT/CTEC – Promovidas 10 reuniões da Comissão Técnica do Comitê de Tecnologia da Informação da AGU e analisados seis processos do referente ao grupo.

Conselho Superior – Realizadas 27 reuniões da Comissão Técnica do Conselho Superior da AGU e 28 reuniões do Conselho Superior da AGU.

Análise de precatório – Publicada a Portaria nº 455/2014, que disciplina e aperfeiçoa, no âmbito da AGU, a análise de precatórios com pagamento previsto para o ano de 2015.



EAGU

ESCOLA DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO MINISTRO VICTOR NUNES LEAL

Centro de captação, produção e disseminação do conhecimento. Promove a atualização e o aperfeiçoamento técnico-profissional dos servidores e membros das carreiras jurídicas da AGU e órgãos vinculados.

Cursos de formação – Realizados, em fevereiro e setembro, para formar e ambientar 56 advogados da União e 50 servidores administrativos, aprovados em concurso.

Revista da AGU – Disponibilização da publicação no Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas-SEER, atendendo a recomendação da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior-(CAPES).

Parceria com a Universidade de Roma Tor Vergata e a International Experience – Cursos sobre Combate ao Crime Organizado e Direitos Humanos realizados nas cidades de Roma (Itália), Bruxelas (Bélgica) e Haia (Holanda), com a participação de 32 membros da AGU.

Conferências e congressos – Membros da AGU participaram da Conferência Anual da Associação de Administração Legal, no Canadá; do Curso Anti-Corruption Program for Brazilian Government Officials, nos Estados Unidos; do IX Congresso Mundial de Direito Constitucional, na Noruega; e do Programa sobre OMC - Comércio Internacional de Desenvolvimento do Instituto de Altos Estudos Internacionais e do Desenvolvimento e do Curso da Academia do Instituto Mundial do Comércio sobre Política e Direito do Comércio Internacional e Investimentos, ambos na Suíça.

Cursos de oratória – Realizados em Natal (RN) e em Salvador (BA), contou com a participação de 43 membros e servidores da AGU.

Resolução de Conflitos – Realizado em parceria com a Escola Nacional de Mediação, contou com a participação de 31 membros da AGU e servidores de órgãos parceiros.

Curso de litígio estratégico de interesse público – Realizado entre março e maio, com carga horária de 32 horas/aula, contou com a participação de quatro membros da AGU.

Financiamento 2014-2015 – O Programa de Capacitação Continuada em nível de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* proporcionou o financiamento de 27 cursos de especialização, 15 de mestrado e cinco de doutorado para advogados da União, procuradores federais e servidores administrativos.

Curso de Defesa da Proibidade Administrativa e Recuperação de Ativos – Realizado em abril, com a participação de 144 membros da AGU e órgãos parceiros que atuam no tema.

Grade permanente – Cursos de âmbito nacional sobre Direito Constitucional, Administrativo, Processual Civil, Previdenciário e Ambiental, bem como sobre Gestão Pública, com a participação de 2.498 membros e servidores da AGU.

Palestra sobre Leis e Políticas em Energia – Proferida pelo professor William Fox, da Penn State University, contou com a participação de 28 membros e servidores da AGU e de órgãos parceiros.

V Seminários Regionais sobre Advocacia Pública Federal – Realizados em Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Porto Alegre (RS) e Recife (PE), com a participação de 670 membros e servidores da AGU.

Treinamentos Sapiens – 744 membros e servidores da AGU capacitados para uso do sistema.

Curso técnicas de pesquisa de survey – Com carga horária de 12 horas/aula, contou com a participação de quatro membros e servidores da AGU.

Biblioteca Central Teixeira de Freitas – 2.163 documentos inseridos no sistema AGUATOS; 1.170 documentos inseridos no Acervo da Biblioteca; 1.416 livros emprestados.

Idiomas – Curso *online* de língua inglesa com 317 vagas, distribuídas para todas as unidades da AGU, em parceria com a EF English Town.

Libras – Pós-Graduação *lato sensu* à distância em Libras, com participação de sete membros e servidores da AGU.

Curso Técnicas de Negociação para Advogados – Realizado em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, contou com a participação de 88 membros e servidores da AGU.

561 eventos de capacitação realizados

77,7 mil horas/aulas

28,2 mil vagas oferecidas

14,7 mil membros e servidores da AGU e de outros Órgãos parceiros capacitados

5,1 mil membros e servidores capacitados



**Acesso à
Informação**

6,6 mil
demandas registradas

3,5 mil
atendimentos pelo 0800

Recebidos **438**
pedidos de acesso
à informação, média de

36,5 por mês

Em média, pedidos feitos
com base na Lei de
Acesso à Informação
foram respondidos em

11,56 dias

113
denúncias
recebidas

173
reclamações
registradas

21
sugestões

e **25** elogios
contabilizados

OAGU OUVIDORIA

Canal aberto ao cidadão, às instituições e aos servidores das áreas administrativa e jurídica da AGU, com a função de receber reclamações, elogios, críticas, sugestões e denúncias relativas aos serviços prestados pela Advocacia-Geral, assegurando a resposta ao interessado. A Ouvidoria colabora para o aprimoramento dos trabalhos executados pela Instituição e para uma atuação mais democrática e transparente do órgão perante a sociedade.

Engajamento – Apresentação do Projeto SIM no IV Encontro de Gestão da AGU. A iniciativa consiste em criar um espaço para os colaboradores exporem ideias, serem reconhecidos e, com isso, contribuir para a melhorias dos processos e/ou serviços prestados.

Seminários – Realização de seminários regionais de advocacia pública federal em São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS), com entrega de certificados às unidades regionais contempladas no Projeto Unidade Nota 10 e funcionamento da Ouvidoria Itinerante durante o evento.

Governo eletrônico – Revisão do banco de perguntas e respostas do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC).

Sapiens – Participação no Comitê Gestor Nacional do Sistema AGU de Inteligência Jurídica.

Incentivo – Premiação dos setores da AGU que receberam o título de Unidade Nota 10 pelo esforço na elaboração e pela agilidade com que responderam os cidadãos que enviaram questionamentos ao órgão.

Participação social – Atuação no Fórum Governamental de Participação Social; no Grupo Executivo de Monitoramento das Demandas Sociais; na Arena da Participação Social, promovida pela Secretaria-Geral da Presidência da República; no 1º Fórum Interconselhos da Política Nacional de Participação Social, realizado no Palácio do Planalto; e no Fórum de Ouvidorias Públicas e Privadas.

Sustentabilidade – Participação no Comitê Gestor da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

FOPS – Participação no Fórum de Ouvidorias Públicas com Pautas Sociais.

Facilidade – Realização da Ouvidoria Itinerante nas Regionais e Edifício Sede I.

Pró Equidade – Participação no Comitê Gestor do Programa de Gênero e Raça.

GESPÚBLICA – Participação no Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Gratificação dos Servidores Técnicos Administrativos – Participação na composição da Comissão de Avaliação de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho da GDAA.

Sítio eletrônico – Coordenação do Comitê Gestor do Sítio Eletrônico.

Qualidade de Vida – Participação na composição do Programa AGU Mais Vida.



7,1 mil
citações
na imprensa

846
demandas de
jornalistas
atendidas

52% dos pedidos
de imprensa respondidos
em até uma hora

1,5 mil
matérias
produzidas

ASCOM

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Responsável pelo desenvolvimento de ações e ferramentas de publicidade institucional. O setor tem como objetivo divulgar e esclarecer o papel constitucional da AGU junto à população, garantir a qualidade da produção de notícias de interesse da sociedade e reduzir o tempo de resposta às demandas da imprensa.

Reconhecimento – Prêmio Nacional de Comunicação & Justiça para o Programa AGU Brasil, na categoria “programa de rádio”.

Agilidade – Redução do tempo de resposta às demandas da imprensa, sendo que 52% dos pedidos são atendidos em até uma hora.

Crescimento – Aumento, nos três primeiros meses do ano, de quase 300% no número de seguidores no Facebook em relação a 2013.

Imagem institucional – Inserção de gravações de dados institucionais da AGU nas esferas telefônicas.

Ampliação – Montagem do estúdio da WebTV e parceria com a Receita Federal para aquisição de equipamentos.

Inovação – Produção de vídeo especial sobre avaliação de desempenho dos servidores da AGU.

Anuário – Apoio na produção do 1º Anuário Brasileiro da Advocacia Pública Federal, lançado em abril de 2014.

Publicação – Lançamento da cartilha “Condutas Vedadas aos Agentes Públicos Federais em Eleições”, em parceria com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Fotos, vídeos, mídias sociais, matérias especiais e de registros foram usadas para realizar a divulgação e a cobertura do seminário sobre o tema.

Participação – Elaboração de ações especiais, em parceria com a Escola da AGU e o Conselho Superior, para eleição dos representantes das carreiras no Conselho Superior da Advocacia-Geral da União.

Rádio – Produzidos 248 programas de rádio AGU Brasil, com a inserção de 992 reportagens e 323 entrevistas.

Mídias sociais – Notícias no Facebook e Twitter da AGU são acompanhadas por mais de 235 mil pessoas diariamente. Publicadas mais de 3.500 fotos no Flickr; e postados 15 vídeos, produzidos pela Ascom, no YouTube.

Mais alcance – Quatro novos acordos com emissoras de rádio para veiculação do Programa AGU Brasil, elevando para oito o número de parcerias.

Balanco – Elaboração de vídeos especiais, com os dirigentes centrais da Advocacia-Geral, sobre os principais resultados obtidos pela Instituição nos últimos anos.

Boletins – Produzidos e enviados 96 boletins interno (para os membros da AGU) e externo (imprensa e cidadãos).

Reforço – Nomeação de três jornalistas concursados para compor os quadros da Ascom.



Acréscimo de
R\$ 90 milhões
ao orçamento da AGU
para 2015 acolhido
pelo Relator Geral

100
Reuniões com
Parlamentares

67 Projetos
em monitoramento na
Câmara dos Deputados

19 Projetos
em monitoramento no
Senado Federal

ASPAR ASSESSORIA PARLAMENTAR

Responsável pelo acompanhamento das atividades e dos processos decisórios da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional; estabelecimento e execução de agenda legislativa prioritária da Advocacia-Geral da União junto ao Poder Legislativo; estabelecimento de relacionamento institucional com os parlamentares; assessoramento ao Advogado-Geral da União nos assuntos parlamentares concernentes à Instituição.

Mediação (PL 7169/2014) – Sugestões da AGU sobre mediação na Administração Pública ajudaram a montar um capítulo inteiro do projeto.

PEC da Justiça do Trabalho (PEC 42/2005) – Dispositivos propostos pela AGU foram incorporados ao parecer do senador Humberto Costa aprovado na CCJ do Senado Federal.

Agendas legislativas semanais – Enviado periodicamente às segundas-feiras, exceto quando não houve agenda no Congresso Nacional, totalizando 30 edições ao longo do ano.

Audiências públicas – Acompanhamento e participação em sessões relevantes, além daquelas que contaram com a participação do Advogado-Geral da União e seu substituto.

Novo Código de Processo Civil (PLS 166/2010) – Atuação na tramitação do projeto, incluindo dispositivos como a manutenção da penhora de bens e valores em antecipação de tutela, a preservação dos limitadores dos percentuais de honorários pagos em desfavor da fazenda pública e a manutenção do texto da Câmara que trata da coisa julgada inconstitucional.

Medida Provisória 633/2013 – Incorporadas sugestões propostas pela AGU. Convertida na Lei nº 13.000/2014, o texto atribuiu à Caixa Econômica a representação judicial e extrajudicial dos interesses do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS).

Discursos – Envio de 27 pronunciamentos considerados relevantes para a AGU.

Eventos – Auxílio na organização do lançamento da cartilha “Condutas Vedadas aos Agentes Públicos Federais em Eleições”, na Câmara dos Deputados, e da Mesa Redonda na CCJC, com a presença de diversos parlamentares.

Orçamento 2015 – Duas emendas ao Orçamento 2015, aprovadas no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) e da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) da Câmara dos Deputados, foram acatadas pelo Relator Geral, no Senado Federal.

Reforma Agrária (MP 636/2013) – Incorporado o art. 8º-A à Lei nº 11.775/2008, que autoriza a AGU a adotar medidas de estímulo à liquidação ou à renegociação previstas para as dívidas originárias de operações de crédito rural, cujos ativos tenham sido transferidos para o Tesouro Nacional e os respectivos débitos, não inscritos na Dívida Ativa da União, estejam sendo executados pela PGU, nos casos em que os devedores requererem o benefício até 31 de dezembro de 2015.



www.agu.gov.br

Imagens:

a3p.pe.gov.br
agencia.previdencia.gov.br
agu.gov.br
al.sp.gov.br
anac.gov.br
aneel.gov.br
bcb.gov.br
blog.previdencia.gov.br
blogs.cultura.gov.br
bomdespacho.mg.gov.br
brasil.gov.br
camara.leg.br
cidades.gov.br
cidasc.sc.gov.br
cl.df.gov.br
congressonacional.leg.br
cruzex.aer.mil.br

cvm.gov.br
detran.sc.gov.br
dominiopublico.gov.br
embratur.gov.br
enade.inep.gov.br
enem.inep.gov.br
flickr.com/photos/brics5
fnde.gov.br
governoeletronico.gov.br
ibge.gov.br
infraero.gov.br
ipea.gov.br
iteral.al.gov.br
jbrj.gov.br
mec.gov.br
mma.gov.br
planalto.gov.br

portosdobrasil.gov.br
receita.fazenda.gov.br
rio.rj.gov.br
secom.gov.br
tesouro.fazenda.gov.br
tse.jus.br

[Alex de Castro/Ascom/AGU](#)
[Filipe Marques/Ascom/AGU](#)
[Léo Gump/Ascom/AGU](#)
[Sergio Moraes/Ascom/AGU](#)
[Tânia Régio/ABr](#)
[Uyara Kamayurá/Ascom/AGU](#)
[Wesley Mcallister/Ascom/AGU](#)
[ARANHACELLDIGITAIS](#)
creativecommons.org

**Este documento é uma realização
da Assessoria de Comunicação Social
da Advocacia-Geral da União**

*Esta obra foi impressa pela Imprensa Nacional
SIG, Quadra 6, Lote 800, 70610-460, Brasília - DF
Tiragem: 350 exemplares*

